

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Nos passados dias 2 e 3 de dezembro, numa oportuna iniciativa do Sindicato dos Jornalistas, com o patrocínio de Sua Excelência o Senhor Presidente da República e que contou com cerca de 40 oradores, foi feito um muito amplo e esclarecedor debate sobre a situação dos órgãos de comunicação social em Portugal.

A Conferência subordinada ao tema “Financiamento dos Media”, teve como grande propósito debater qual o papel do Estado no sentido de auxiliar os Media a vencerem os enormes desafios com que vêm sendo confrontados em resultado da revolução digital.

Sua Excelência o Senhor Presidente da República já por mais de uma vez convocou o Governo a refletir e propor medidas, nomeadamente já no próximo Orçamento de Estado que possam ter um efeito positivo na situação muito frágil em que vive a esmagadora maioria das empresas de Media em Portugal seja, televisão, radiodifusão, imprensa em papel ou digital.

Como sabemos o impacto da revolução digital sobre os Media tem sido tremendo:

- perdas de publicidade massivas, redução significativa do emprego, nomeadamente entre jornalistas, e transferência massiva de consumidores e publicidade das plataformas convencionais de produção de notícias para o digital e neste para gigantes tecnológicos como a Google, Facebook, etc., os quais até por falhas gritantes no respeito pelos direitos de autor e por estarem em condições de abocanhar a fatia de leão do mercado publicitário, garantem aos consumidores um acesso à informação a título gratuito.

Não admira, por isso, que perante um quadro tão ameaçador, vários países, nomeadamente europeus, tenham vindo a reforçar apoios directos ou indirectos aos seus Media, medida que não se tem verificado em Portugal, bem pelo contrário.

Na Conferência supracitada, o primeiro signatário foi convidado a apresentar e fazer um balanço do chamado “MEDIARAM” um sistema inovador e único em Portugal, de apoio aos Media regionais privados na Região Autónoma da Madeira e que é complementar aos apoios estabelecidos a nível nacional.

O MEDIARAM foi crucial para garantir pluralidade nos media regionais e melhorar as condições de viabilidade económica do Diário de Notícias da Madeira e do JM (ex. Jornal da Madeira), os quais fazem parte do Património histórico madeirense e constituem pilares fundamentais do espaço público e da democracia autonómica da Madeira.

Trata-se de um regime totalmente aberto e transparente e não discriminatório para qualquer tipo de media e fundado em critérios de acesso absolutamente objetivos de molde a evitar qualquer tipo de poder discricionário na concessão do apoio, o que a existir poderia constituir uma série ameaça ao valor sagrado da independência dos Media face ao poder político.

Assim, qualquer empresa de comunicação que cumpra os requisitos consagrados na legislação e respetivo regulamento têm acesso ao apoio legislado, sendo o processo totalmente administrativo, sob fiscalização de uma comissão de acompanhamento independente e plural. Aliás, nos quatro anos que o MEDIARAM tem já de aplicação, nenhuma crítica a este respeito foi veiculada por qualquer agente político ou social, outrossim com elogios públicos por parte dos parceiros associativos.

Numa altura em que se torna premente reforçar o apoio aos Media em Portugal, o MEDIARAM poderá constituir uma referência quanto a uma possível transposição dum modelo semelhante para apoiar os Media Regionais do Continente.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados do PSD abaixo assinados vêm por este meio requerer à Senhora Ministra da Cultura, por intermédio de V^a Ex^a, resposta às seguintes questões:

1. É intenção do Governo reforçar o pacote financeiro destinado a financiar os apoios que estão atualmente em vigor aos Media Regionais?
2. Equaciona o Governo criar novos tipos de apoio para os Media Regionais?
3. Admite o Governo a possibilidade de instituir para os Media Regionais do Continente um regime de apoios do tipo do MEDIARAM?
4. Considera o Governo a possibilidade de vir a co-financiar o MEDIARAM?
5. É intenção do Governo apresentar no Orçamento de Estado medidas de apoio indireto aos Medias Nacionais que possam também constituir medidas de apoio adicional aos Media Regionais?
6. Qual a posição do Governo relativamente à transposição da Directiva Europeia recentemente aprovada sobre a protecção dos direitos de autor (copy right)?
7. Qual a posição do Governo no que concerne às propostas de a nível europeu ser criado um imposto correspondente a uma percentagem de facturação resultante da actividade gerada em solo europeu por parte de plataformas digitais de significativa dimensão como são exemplo o Google e o Facebook?
8. Equaciona o Governo implementar, como medida de apoio indireta, um benefício fiscal em sede de IRS e IRC , sob a subscrição de assinaturas de publicações em papel, ou de acesso a conteúdo informativo em formato digital?

Palácio de São Bento, 6 de janeiro de 2020

Deputado(a)s

SÉRGIO MARQUES(PSD)

RICARDO BAPTISTA LEITE(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

PAULO NEVES(PSD)

PAULO RIOS DE OLIVEIRA(PSD)